

Apresentação

Resistências, revoltas e revoluções: tensões sociopolíticas e transformações de sentido nas primeiras décadas do século XXI

Juliana da Silveira
Julieta Haidar
Maurício Beck
Rodrigo Oliveira Fonseca

Há décadas o mundo vive com intensidade o fim do fim das ideologias, o fim do fim da História do discurso fukuyamista, o esgarçamento de supostos consensos e da política como administração tecnocrática, bem pontuada pela crise financeira de 2007-2008, a desglobalização de capitais, o recrudescimento das guerras, a intensificação dos processos migratórios, da violência policial e da execução de lideranças populares, a disseminação de movimentos e governos de extrema-direita, mas também o aumento do número de greves, ocupações e levantes populares^I. Dentre estes, cabe citar aquele dos zapatistas em 1994, a proliferação de ocupações de terra no Brasil e de movimentos altermundistas de Londres a Seattle ainda na década de 90 (que ensejaram a realização dos Fóruns Sociais Mundiais), a Primavera Árabe, o *Black Lives Matter*, o *Occupy* e acampadas, as manifestações de 2013 e a primavera secundarista no Brasil, os protestos no Chile em 2019, os coletes amarelos na França, e muitos outros movimentos que mexeram fortemente com o quadro político em diversos países do mundo.

Abordar resistências, revoltas e revoluções na perspectiva discursiva implica necessariamente o trabalho com um complexo de processos discursivos que remetem a diferentes condições de produção, temporalidades e dominâncias. As resistências, em particular, compreendem cada vez mais claramente a atitude hoje hegemônica dos sujeitos e de discursividades, além de comparecer como objeto de estudos preponderante em inúmeras pesquisas acadêmicas. Sob a dominância política, social e ideológica do capital, nos seus processos de incorporação produtiva dos impulsos de rebeldia e resistência pela mais-valia relativa, são constantes os apelos à resiliência (cuja contraparte é o adoecimento e a medicalização da vida), à aceitação do “corre”, da “batalha” e da sobrevivência como horizonte habitual do cotidiano (que Bourdieu^{II} caracterizou como *exaltação do advento da sociedade de risco*), e os desdobramentos indigestos da chamada positividade tóxica, do “pensar fora da caixa” ao “sair da zona de conforto” que glorificam a instabilidade e a sobrecarga de trabalho. Como há mais de vinte anos escreveu Slavoj Žižek,

I Uma pequena mostra disso é o recorde de greves na China e nos Estados Unidos em 2023 (maior número em 50 anos nos EUA e desde 2016 na China), e as greves multitudinárias de trabalhadores da Samsung na Coreia do Sul e na Índia. Reportagem de 2022 da Al Jazeera, *Why are workers going on strike around the world?*, aborda a diversidade de categorias que têm se mobilizado em todo o mundo: <https://www.aljazeera.com/program/counting-the-cost/2022/12/3/why-are-workers-going-on-strike-around-the-world>

II *Apud* Thierry Guilbert, *As evidências do discurso neoliberal na mídia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020, p. 97.

A atitude hegemônica de hoje é a da “resistência” - toda a poética das multidões marginais dispersas, as sexuais, étnicas, e de estilos de vida (gays, doentes mentais, prisioneiros,...) “resistem” a um misterioso Poder (em maiúscula) central. Todos “resistem” - desde os gays e lésbicas até os *survivalists* da direita -; então, por que não inferir a conclusão lógica de que esse discurso da “resistência” é a norma hoje e, como tal, o principal obstáculo à emergência do discurso que realmente colocaria em questão as relações dominantes? (Zizek, 2003, p. 85-86)

Não significa, evidentemente, que a partir dos gritos de resistência – do *I can't breath!* ao *Don't tread on me* – não surjam revoltas e, menos ainda, que as resistências coletivas das classes dominadas e seus movimentos sejam necessariamente defensivas e adaptativas, especialmente quando, a despeito de não “colocarem em questão” as relações dominantes, constroem condições de visibilidade e dizibilidade sobre a dominação. É o que vemos nos artigos a seguir.

Em *Arte colombiano y coyunturas de la paz: realidad, memoria y cambio social*, de Futuro Moncada Forero, contamos com a análise dos conflitos armados e das violências contra as culturas originárias na Colômbia, que se plasmam na literatura e na arte. Neste sentido, se destacam três obras emblemáticas produzidas durante os conflitos: *Desana: simbolismo de los indios tukano del Vaupés* (1968), *Cosmología como análisis ecológico: una perspectiva desde la selva pluvial* (1977), e *El chamá y el jaguar* (1978). Além destas produções antropológicas, aparecem dois filmes de grande impacto. *El abrazo de la serpiente*, de 2015, com dois prêmios internacionais, que narra o encontro transcultural entre um xamã amazônico e um etnólogo alemão. O outro é o documentário *El sendero de la Anaconda* (2019), que narra a aventura de dois etnólogos pela selva colombiana, em período posterior à assinatura dos acordos de paz, negociados entre 2012 e 2016 no governo de Juan Manuel Santos. Entre outras produções, se destaca *La Selva Inflada* que trata o profundo problema dos jovens indígenas discriminados, excluídos, obrigados a negar a memória da sua cultura, o que os leva ao suicídio ao desvinculá-los da sua cultura ancestral, e fragmentar suas identidades.

Os filmes analisados denunciam a violência exercida contra as comunidades indígenas, apesar dos acordos constitucionais, e que se enfrentam com os conflitos armados e com a perda de seus territórios.

O artigo *Palabras de Salitre*, de Oscar Ochoa, visa analisar as tensões, os litígios e os modos de resistência dos povos ribeirinhos do Lago de Texcoco diante do despojo territorial causado pelo megaprojeto do Novo Aeroporto Internacional da Cidade do México. O autor articula a noção de formação discursiva, baseando-se em Pêcheux, Foucault e Haidar, com a de longas durações históricas, conforme formulado por Braudel, para mostrar como os discursos de resistência desses povos se constituíram em uma secular luta contra o colonialismo, o Estado neoliberal e seus impactos ambientais. O artigo oferece análises pontuais dos discursos de resistência e recupera memórias discursivas que atravessam uma matriz civilizatória própria (mesoamericana), a República de Índias e o império espanhol. Além disso, aborda brevemente a tensão histórica entre a política partidária, do Estado democrático moderno, e a política ancestral, que luta pela autonomia dos povos e a manutenção do vínculo com o território, por meio da mobilização de noções materialistas como acontecimento, formação discursiva e formação imaginária.

Isabel Galindo Aguilar, no artigo **El cine documental del Tejido de comunicación como**

memoria de la cultura insurgente y dispositivo para repolitizar la mirada, aborda a repolitização do olhar por meio de três documentários produzidos entre 2005 e 2009, tanto pela sua concepção quanto pela sua exibição em fóruns de vídeo comunitários, reuniões e assembléias. A *insurgência simbólica* promovida por esses filmes explicita o lugar de enunciação das lutas do povo Nasa, vítimas do terrorismo de Estado, via torturas, assassinatos, racismo, calúnias e criminalização pelas forças armadas colombianas e pela mídia hegemônica, que atuam em sinergia na defesa da propriedade privada dos latifundiários do Cauca, departamento do sudoeste colombiano.

A criminalização da insurgência indígena é revertida pelas narrativas dos documentários, que mostram de forma clara que a resistência indígena não é parte das guerrilhas das FARC-EP/Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (como o ex-presidente Álvaro Uribe propagandeava), que a resistência Nasa nem mesmo é armada, mas simbolizada pelo *bastão de comando dos cabildos*, que representa autoridade, organização e solidariedade. Central nesse processo de luta é o trabalho colaborativo comunitário desenvolvido, a sabedoria criada em torno da necessidade de se comunicar de uma forma que potencializa a resistência e a promoção de “Planos de Vida”, contra os persistentes e renovados projetos de morte em um território no qual menos de 10% dos proprietários (ou “proprietários”, como melhor escreve a autora) controlam mais da metade das terras férteis em benefício da monocultura, da mineração e da indústria petrolífera.

Vindo para o Brasil e a Argentina, por meio de um estudo histórico, discursivo e comparativo, Esteves, Nascimento, Andrade e Rodrigues realizam uma análise das questões estruturantes que organizam o debate contemporâneo sobre/contra os direitos reprodutivos das mulheres nesses dois países. Que “escolhas” estão sendo discursivizadas de modo a reforçar ou superar a tradicional divisão sexual do trabalho? Por quais vias esse debate toca as figuras patriarcais do *homem provedor* e da *mulher cuidadora*? A falta de simetria se mostra gritante quando os autores trazem o projeto de lei argentino em torno de um mal apelidado “aborto masculino”, pelo qual o pai passaria a ter o direito de negligenciar e renunciar a sua paternidade. Afinal, fingir-se de morto para o(s) filho(s), não se responsabilizar pela sua criação, a prática do abandono parental, é já bastante disseminada e pontuada em muitas certidões de nascimento.

O artigo, intitulado *Direitos reprodutivos e descriminalização do aborto na América Latina: avanços e retrocessos no Brasil e na Argentina*, perscruta o debate jurídico sobre o tema nos dois países. O fato de a Argentina estar uns bons passos adiante na descriminalização do aborto não significa que a conjuntura ideológica seja muito diferente e seja menor a produção de injunções a falsas simetrias, como no caso do “aborto masculino”. No Brasil, um desses casos é analisado por meio da pergunta que os “senadores pró-vida” propõem para consulta popular através de plebiscito: “Você é a favor da legalização do crime do aborto?”. Temos assim, entre outros fatores analisados, o reforço discursivo da criminalização da mulher que “falha” no seu papel reprodutivo.

Continuando no Brasil e retornando às lutas dos povos originários e ao cinema documental, no artigo *Suicídio indígena e(m) tensões sociopolíticas contra os Povos Originários em Mato Grosso do Sul*, Elaine de Moraes Santos e Monalisa Quintana problematizam, a partir de uma perspectiva metodológica arqueogenealógica dos Estudos Discursivos Foucaultianos, a questão do suicídio indígena colocando em relevo as tensões sociopolíticas envolvendo as “mortes autoprovocadas” entre os povos Guaraní-Kaiowá

no Estado de Mato Grosso do Sul. As autoras tomam como objeto de análise o documentário *O Mistério de Nhemyrô*, considerando as narrativas documentais como uma das formas possíveis de resistência. Na seleção de seu objeto, elas destacam, portanto, a relevância do documentário como forma que permite às comunidades originárias articularem sua história consolidando suas lutas territoriais passadas ao mesmo tempo em que se posicionam no presente ocupando esse espaço como local de fala, escuta e resistência. Para tanto, as autoras partem de três sequências enunciativas chamando a atenção para a relação entre “perdas, vestígios de vida e resistências”. De modo singular, a partir das questões levantadas nessa análise, é possível compreender que pensar a resistência tendo em conta as relações de poder em jogo no domínio dos povos originários requer olharmos, de um lado, para o próprio modo de nomeação ocidental do suicídio que, nesse contexto, apresenta uma variada circulação (morte ou violência autoinfligida, autoprovocada, suicídio, autoextermínio) e, de outro lado, o modo como o suicídio ou, nas palavras das autoras “a destruição voluntária da vida”, será tomado desde uma perspectiva originária como um gesto que não se resume na “produção da morte”, mas desde uma perspectiva relacional entre morte, vida e território. Formas outras de pensar a resistência para além da luta e da permanência que idealizam esse sujeito que resiste a algo objetivamente exterior, ao mesmo tempo em que convida a pensar a destruição voluntária da vida na sua relação direta com as formas de extermínio dos coletivos aos quais essa vida está integrada.

Em *Violência e morte como Política de Estado*, Renata Adriana de Souza e Jefferson Gustavo dos Santos Campos, se voltam para o *WikiFavelas*, Dicionário das Favelas Marielle Franco, com o propósito de realizar um gesto de interpretação sobre a chamada “estatização da morte” (Hirata, Grillo, Lyra e Dirk, 2022), partindo do recorte de trechos dos verbetes *Chacinas em favelas no Rio de Janeiro*, *Chacina de Acarajé* e *32 anos da Chacina de Acari*. Para os autores, analisar os verbetes permite compreender a relação dessas comunidades com o Estado, dando ênfase ao modo como este último legitima o direito ao extermínio daqueles que habitam essas comunidades de extrema vulnerabilidade social. Está em foco neste artigo, que articula autores como Foucault e Sueli Carneiro, mobilizando noções como as de arquivo e biopoder, compreender o funcionamento do dispositivo da racialidade em relação à atuação de grupos de extermínio que têm sua legitimidade no Estado. Segundo os autores, “o corpus analisado é da ordem desse funcionamento de política de fazer morrer e deixar morrer”, uma vez que os verbetes dicionarizam as três chacinas acima citadas ao mesmo tempo em que formam uma rede de sentidos sobre o Estado e as políticas de violência extrema praticadas contra seus moradores.

Ao debater esse dispositivo de racialidade a partir dos verbetes os autores dão visibilidade para o modo como esse instrumento apresenta conhecimentos próprios desses territórios, permitindo considerar este dicionário como “um lugar de memória e de identidade dos moradores das favelas”. Para eles, “o funcionamento discursivo do WikiFavelas acena para um modo de composição dos enunciados que podem circular sob um regime de discurso verdadeiro na ordem do contemporâneo”. Nesse arquivo, a população negra brasileira aparecerá “marcada como não povo que, desde o pós-abolição pelo funcionamento do Dispositivo de racialidade, constitui o foco das políticas de vida e morte que compõem o arquivo da história nacional”. A partir da existência do *WikiFavelas*, que permite a inscrição de testemunhos de

sujeitos moradores que denunciam essas formas de violência, o artigo nos convida a refletir sobre o modo como o dicionário expõe e articula uma rede de sentidos cujo funcionamento dominante é a estatização da morte e a construção da legitimidade para o extermínio estatal do povo negro.

Por fim, o artigo *Pós-Marxismo: Reflexões sobre o Sujeito*, de Luciane Botelho Martins, investiga a intrincada interlocução entre a noção de sujeito discursivo, a concepção de interpelação ideológica e as chamadas teorias pós-marxistas. A autora mobiliza a Análise do Discurso de matriz materialista para explorar as convergências e os hiatos entre o materialismo histórico-dialético, conforme abordado por Marx e Althusser, e o inconsciente psicanalítico, nos termos de Lacan e de Žižek. O texto enfatiza a impossibilidade de conceituar o sujeito discursivo, na acepção de Pêcheux, sem considerar as contradições entre o sujeito ideológico, submetido aos aparelhos ideológicos em um determinado modo de produção, e o sujeito do inconsciente, sujeito desejante cujo caráter lacunar se desdobra em formas de resistência na e pela linguagem.

A problemática abordada no artigo ecoa uma longa discussão que já se estende por mais de quatro décadas, relativa à articulação em tríade que alicerça a teoria materialista do discurso: a aproximação teórica e política entre o materialismo histórico e a teoria do sujeito oriunda da psicanálise, iniciada pelos estudos de Althusser e levada adiante na montagem de andaimes conceituais e experimentações teóricas executadas por Michel Pêcheux. As dificuldades deste projeto envolvem evitar sínteses inapropriadas, como aquelas que resultaram nas chamadas teorias freudo-marxistas. O artigo conclui retomando a noção de resistência, conforme o legado deixado pelos textos pecheuxianos do final da década de 1970, sobre o qual se avançou pouco, tanto teoricamente quanto politicamente, desde então.

Na seção Varia, o artigo *Uma Microfísica do Tempo*, de Iago Moura Melo, apresenta uma reflexão teórica que se move entre a física, a linguística, a história e a filosofia para discutir a materialidade do tempo na ordem discurso. Partindo do corte saussuriano e da distinção entre sincronia e diacronia presente no Curso de Linguística Geral, o autor advoga que o discurso do CGL dividiria o Tempo entre um tempo fora da língua, passado diacrônico e resto não teorizado, em oposição ao tempo da língua, enquanto presente sincrônico. Em contraposição, Moura Melo expande a discussão ao propor o conceito de “intertempo”, enquanto um quarto tempo pela via da construção do arquivo discursivo. O artigo convida o leitor a refletir sobre o tempo (sem negligenciar a categoria de espaço) não apenas como uma categoria teórica, mas como algo materializado nos discursos que regulam os funcionamentos da ideologia e do sujeito (ou do animal temporal). Com efeito, na perspectiva aberta por esta reflexão de entremeios, o mecanismo da ideologia outorgaria a instância de uma temporalidade que afeta desde a constituição do Sujeito ao momento de sua individuação, configurando a historicidade dos sujeitos no arquivo do Estado em que são temporalizados.

Este conjunto de artigos nos oferece um pequeno mostruário do estado da arte relacionado às problemáticas propostas para esta edição, que dão título à apresentação. Com base nesse mostruário, podemos inferir relações entre a conjuntura histórica do início do século XXI e os pontos de impasse ou avanço na produção de conhecimento em nossa área de estudos, levando em consideração o *motor da história*.

Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobretrabalho, é porque a luta de classes é o motor dessa história.

E se, sobre um outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se apoia numa divisão do sujeito, inscrito no simbólico.

A especificidade dessas duas descobertas interdita fundi-las em qualquer que seja a teoria, mesmo que seja uma teoria da revolta. Mas, é preciso admitir que elas têm politicamente alguma coisa a ver uma com a outra, ao constatar o preço que se paga e, não somente em Foucault, sua comum forclusão: esse preço é a incapacidade de pensar a resistência e a revolta ideológicas de outra maneira senão sob a forma de errâncias marginais - exceto a colocação, o que é ainda pior, de um impossível sujeito-pleno-de-revolta, figura simétrica que reproduz, de forma negativa, o bom sujeito que caminha sozinho (Pêcheux, 2014, p. 17-18).

Nem uma errância de resistências marginais orbitando um poder central supostamente eterno, nem um impossível sujeito *avant-garde* materialista plenamente alçado para fora do ideológico pela Teoria constituem os objetos de conhecimento no campo do discurso. Como nos lembra Pêcheux, o poder – enquanto síntese de múltiplas determinações – existe. E os tentáculos atuais das grandes corporações digitais estão ultrapassando cada vez mais os limites dos poderes governamentais. Neste aspecto, na esteira de Pêcheux, consideramos que as análises de Michel Foucault e as análises embasadas na arqueogenealogia foucaultiana, como as presentes nesta edição, dão condições de desmontar as engrenagens, nas quais se realizam a arregimentação de indivíduos e o assujeitamento de corpos, atreladas não mais apenas à violência do Estado-Nação, mas também a sofisticados dispositivos materiais de alcance planetário. Não esquecendo, no entanto, que os mecanismos de dominação, de exploração e de segregação são históricos e concretos e, por isso mesmo, passíveis de transformação e de superação.

No início dessa apresentação, comentamos a passagem – nunca evidente ou garantida – de resistências a revoltas, e não será novidade a ninguém afirmar que historicamente há passagens de revoltas a revoluções. E, no entanto, julgamos importante identificar as discontinuidades entre os três, o que fazemos com apoio em Michel Pêcheux e João Bernardo. A figura central aí, nessa consideração, é justamente a que aparece no centro, no meio, a revolta, cuja compreensão é talvez aquela menos dada a grandes debates e exercícios retrospectivos – ao passo que em torno das resistências e das revoluções as disputas pelos sentidos não cessam de se fazer.

Com Pêcheux (1997 [1975], p. 215), poderíamos pensar as revoltas no campo dos maus sujeitos, dos contra-discursos e contra-identificações, de um enfrentamento e distanciamento frente às práticas (políticas e discursivas) dominantes que – por fatores diversos – não “colocam em causa” as relações dominantes, lutando contra as suas evidências ideológicas ainda no terreno destas. Não é diferente do que defende João Bernardo (2013, s/p), para quem “a revolta é a agitação sob a bandeira do lugar-comum, exactamente o oposto da revolução, que é a liquidação dos lugares-comuns”. Esse entendimento de revolta nos municiaria para a compreensão de que, em países como os Estados Unidos, o Brasil e a Argentina, a política revolucionária, o enfrentamento ao *status quo*, aos grupos políticos dominantes e suas instituições, venha sendo empreendida com muito mais energia à direita do que à esquerda. Afinal, a discontinuidade entre revolta e revolução implica em explosões e destruições que não são necessariamente

do Capitólio ou da sede do Supremo Tribunal Federal, mas sim das discursividades dominantes, pondo em questão a forma-sujeito capitalista e suas identificações. Mas formas de resistência, de revolta ou do irrealizado da *revolução na ordem do dia* não podem ser preditos pela teoria. O que permanece como tarefa possível é a escuta atenta das lutas contemporâneas, desde aquelas de longa duração e raízes ancestrais até as mais recentes, com o intuito de traçar uma genealogia dos processos de reprodução e transformação em andamento. Paralelamente, é necessário insistir em questões incômodas à luz das urgências do nosso tempo histórico.

Referências

BERNARDO, João. Revolta/Revolução. **Passa Palavra**, 31 jul. 2013. Disponível em <https://passapalavra.info/2013/07/81647/> Acesso em: 08 out. 2024.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Trad. Guilherme Adorno, Luciana Nogueira, Luís Fernando B. Figueira e Mônica G. Zoppi Fontana. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

PÊCHEUX, Michel (1997 [1975]). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi, Lourenço C. Jurado Filho, Manoel Luiz G. Corrêa e Silvana M. Serrani. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997 [1975].

PÊCHEUX, Michel. Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes. Trad. Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira. **Décalages**, v. 1: Iss. 4, 2014 [1984].

ŽIŽEK, Slavoj. **Bem-vindo ao deserto do Real**: cinco ensaios sobre o 11 de Setembro e datas relacionadas. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003 [2002]